

O mito fundador de Brasília expresso em discursos patrimoniais: uma análise de processos de tombamento

The founding myth of Brasilia expressed within patrimonial discourses: a review of heritage recognition's processes

Daniela Pereira Barbosa*

Resumo

Brasília, Capital da República, tem suas origens associadas a uma narrativa que se apoiou em um amálgama de fatos e elementos sociais, econômicos e simbólicos. Neste trabalho analisamos o papel da construção do discurso patrimonial de três edificações tombadas pelo governo local do Distrito Federal: o Catetinho, a Pedra Fundamental de Planaltina e a Casa da Fazenda Gama. Esses três bens patrimoniais têm em comum o fato de proclamarem, por meio das justificativas expressas na documentação dos processos de tombamento, que foi a partir deles que Brasília teve início. Analisamos como esta imagem é retratada em cada caso, e ao final concluímos que mesmo conflitantes, há uma sintonia de objetivos de uma narrativa patrimonial que visa glorificar a construção de Brasília e sua monumentalidade, apoiando-se em um patrimônio não monumental.

Palavras-chave: Mito de Origem; Brasília; Monumento; Patrimônio.

Abstract

Brasilia, Brazil's Capital, has its origin associated to a narrative supported by an amalgam of facts and social, economic and symbolical elements. In this paper we analyse the role played by the construction of the patrimonial discourse applied to three buildings that are classified as heritage by the local government: *Catetinho*, *Pedra Fundamental de Planaltina* and *Casa da Fazenda Gama*. Those three assets have in common the fact that they use different arguments to designate themselves as the *Beginning of Brasilia*. We examine how this idea is treated in each case and, in the end, we conclude that even if there are opposing objectives surrounding each narrative, they tend to be complementary, because they all want to praise the monumentality of Brasilia, even though supported by a non-monumental patrimony.

Keywords: Founding Myth; Brasilia; Monument; Patrimony.

* Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Brasília - UnB, linha de pesquisa Teoria, História e Crítica. Mestre em Design pela UnB, linha de pesquisa Design, Cultura e Sociedade. E-mail: barbosa.dnl@gmail.com

I n t r o d u ç ã o

São raras as cidades que, como Brasília, podem escrever uma narrativa histórica a partir da memória de seus fundadores. Pouco menos de 60 anos separam a transformação da paisagem bucólica goiana em Capital da República, cidade moderna erguida no Planalto Central. Ainda assim, conforme pretendemos demonstrar neste trabalho,¹ o discurso do mito fundador da cidade não é homogêneo. Dentre as alegações e construções discursivas acerca de como foi o *início de Brasília*, trazemos ao debate o caso de três edificações reconhecidas como patrimônio pelo Distrito Federal: o Catetinho, a Pedra Fundamental de Planaltina e a Casa da Fazenda Gama. As três edificações se denominam como sendo o início de Brasília, manifestando tal desígnio expressamente na documentação patrimonial.

Brasília, embora jovem, possui uma forte narrativa que remonta ao imaginário da concretude do Brasil enquanto nação autônoma. O plano moderno de Brasília, de acordo com Carlos Madson Reis (2016, p. 118), “traduzia o desejo de um país que ansiava por romper com seu passado colonial, visto como sinônimo de atraso, e se afirmar como nação autônoma, moderna e original”. As razões para a transferência da capital do Rio de Janeiro para o centro do país são diversas, e já bastante problematizadas na bibliografia (MOREIRA, 1998; OLIVEIRA, 2005; PENNA, 2002; VIDAL, 2009). Apesar de por vezes a construção de Brasília ser retratada como fruto de uma vontade comum de todo o Brasil, é fato que o então presidente Juscelino Kubitschek (JK) necessitou buscar apoio e consolidar justificativas para a construção da cidade, o grande feito do seu governo. O então presidente enfrentou inúmeros entraves, especialmente de ordem política, já que seus adversários eram contra a transferência da Capital. Por este motivo JK teve como desafio estabelecer um cerco que blindasse sua empreitada de eventuais críticas. Conforme aponta Luísa Videsott (2009), a construção de Brasília foi objeto de uma intensa campanha publicitária, e a mídia impressa oficial da época teve como papel essencial divulgar reportagens que exaltassem JK e Brasília como símbolo de um novo Brasil. Uma das intenções era a de consolidar a imagem de que quem fosse contrário à ideia de Brasília seria também contra o desenvolvimento do país.

¹ Este trabalho é parte de uma pesquisa de doutorado em curso, sob orientação de Maria Fernanda Derntl, e foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Logo no início da construção de Brasília, em 1956, foi erguido o Catetinho, edificação em madeira construída em dez dias para dar apoio a JK e sua comitiva. A princípio tinha-se como propósito a demolição do Catetinho quando este não fosse mais necessário, mas a edificação acabou por ser preservada e tombada pelo Iphan em 1959, antes mesmo da inauguração da cidade e a pedido do próprio JK. O Catetinho foi preservado como um dos símbolos do sucesso de Brasília, e uma das justificativas para sua preservação foi seu significado como marco do *início de Brasília*.

A região onde atualmente se encontra Brasília, apesar de ter sido por vezes descrita na década de 1950 pelos fundadores da cidade como um *vazio* em termos de civilização, possuía núcleos urbanos e rurais. É o caso de, por exemplo, Planaltina e a antiga fazenda Gama, núcleos anteriores a Brasília. Planaltina possui três edificações reconhecidas como patrimônio pelo Distrito Federal: a Igreja São Sebastião, o Museu Histórico e a Pedra Fundamental. Esta última, lançada em 1922 e tombada em 1982, é objeto de análise neste artigo. Sua patrimonialização aponta sua importância enquanto *início de Brasília*, contribuindo principalmente para justificar seu caráter premonitório, já que antecede Brasília em 38 anos.

Nas terras da antiga fazenda Gama há um remanescente, a Casa da Fazenda Gama, construída em meados do século XVIII e tombada como patrimônio local em 2006. Quando JK e sua comitiva chegaram ao território atual de Brasília em 1956, antes da construção do Catetinho, hospedaram-se nessa Casa. O processo patrimonial apoia-se principalmente no significado dessa hospedagem para justificar o símbolo da edificação como o *início de Brasília*.

As três edificações analisadas neste trabalho, cada uma lançando mão de motivações e justificativas diversas, se valoriza enquanto patrimônio pelo fato de ter sido o local onde Brasília teve início. Neste artigo nos propomos a analisar como essas narrativas foram construídas e expressas nos respectivos processos de tombamento, contribuindo com uma visão complexa acerca da simbologia da fundação da cidade por meio do discurso patrimonial.

As três edificações analisadas neste trabalho, cada uma lançando mão de motivações e justificativas diversas, se valoriza enquanto patrimônio pelo fato de ter sido o local onde Brasília teve início. Neste artigo nos propomos a analisar como essas narrativas foram construídas e expressas nos respectivos processos de tombamento, contribuindo com uma visão complexa acerca da simbologia da fundação da cidade por meio do discurso patrimonial.

Esta pesquisa se deu a partir da coleta e posterior análise de dados que se encontram na documentação referente aos processos das edificações analisadas.

A documentação desses processos de tombamento é a fonte primária de análise e se encontra nas dependências da Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal – Secult. São documentos impressos, organizados e anexados a uma pasta, formando assim, cada um, um processo. A documentação que constitui esses processos é diversificada e foi organizada ou produzida pelos servidores da Secult.

Considerações sobre patrimônio

Entende-se aqui o patrimônio como uma seleção de objetos e tradições mercedores de proteção, levando em consideração a complexidade das relações sociais, que dão espaço para interpretações diversificadas. Conforme destacou Dominique Poulot (2009, p. 12), “a história do patrimônio é amplamente a história da maneira como uma sociedade constrói seu patrimônio”, o que nos faz refletir sobre quais discursos foram oficialmente apropriados e patrimonializados pelo governo local e, a partir disso, qual ou quais representações se colocam em evidência por meio de seu patrimônio edificado.

O patrimônio, visto sob esta ótica, faz parte de uma construção social. Manoel Guimarães (2006) utiliza da expressão *domesticar o passado* ao apontar uma narrativa que ordena, dá forma e torna expressivo um conjunto disperso de experiências capazes de serem apreendidas por uma comunidade de intérpretes. As demandas que concretizam este ordenamento, de acordo com o autor, são regidas por necessidades do presente, e não do passado, o que abre espaço para interpretações diversas sobre esse passado e sobre a escolha de acontecimentos a serem apresentados como fatos históricos. O patrimônio, assim, faz parte do rol de discursos que se apropria de versões do passado para constituir uma narrativa atuante no presente.

Os processos de tombamento e a Secult

A consulta aos arquivos da Secult, realizada obrigatoriamente em suas dependências, se deu a partir de agosto de 2017 e levou à identificação das fontes primárias. A Secult, conforme

destaca Beatriz Couto (2015), possui uma trajetória de fragilidades na elaboração, implementação, avaliação e controle dos instrumentos de gestão patrimonial. Todo tombamento realizado em nível local está relacionado a tais questões, que esbarram fatalmente em fatores políticos e governamentais. No caso da Pedra Fundamental, seu tombamento foi reflexo do aparelhamento institucional decorrente dos trabalhos do GT-Brasília,² atuante entre os anos 1981 e 1986, período em que foram valorizados bens relacionados à mudança da capital e à memória candanga.

Em 1989 foi promulgada a Lei nº 47 de 2/10/1989, que dispõe sobre o tombamento dos bens culturais no DF. Esse instrumento também determina que os bens tombados pelo Iphan que estiverem localizados no DF sejam inscritos nos Livros de Tombo do GDF, o que fez com que o Catetinho, tombado pelo Iphan em 1959, fosse também declarado patrimônio local. Não existe, todavia, um novo processo de tombamento do Catetinho em nível local, mas sim uma cópia do já existente processo federal. A partir dos anos 2000 a Secult – que então era chamada DePha – perde parte de sua autonomia com relação à gestão patrimonial do Plano Piloto de Brasília, reconhecido como patrimônio mundial em 1987, e restringe-se à atuação sobre os bens protegidos isoladamente. A Casa da Fazenda Gama é reconhecida como patrimônio local em 2006, nessa conjuntura. A tabela 1 a seguir traz a listagem dos bens tombados, localização, construção e legislação, sendo o ano do decreto correspondente à data de tombamento.

Tabela 1 – Bens tombados e informações, 2017.

| Nome do bem | Localização | Construção ou inauguração | Legislação |
|----------------------|--------------------------|---|--------------------------------------|
| Catetinho | SMPW KM 0, trevo do Gama | 1957 (inauguração) | T-594/59 (Iphan); Depha/GDF 19/11/91 |
| Pedra Fundamental | Planaltina | 1922 (lançamento) | Decreto nº 7.010/82 |
| Casa da Fazenda Gama | Country Club, Park Way | Entre os séculos XVIII-XIX (construção) | Decreto nº 26.660/06 |

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados da Secretaria de Estado de Cultura do DF.

Cada processo de tombamento possui uma lógica de organização própria, e o primeiro momento da coleta de dados consistiu no entendimento dessa fonte primária. Nem todos os documentos anexados aos processos de tombamento apresentam o mesmo nível de relevância para a base analítica de nosso trabalho, já que alguns se referem a trâmites institucionais que demonstram o funcionamento administrativo que culminou no tombamento. Tais arquivos são, normalmente, despachos entre secretarias ou publicações no Diário Oficial do DF, o que

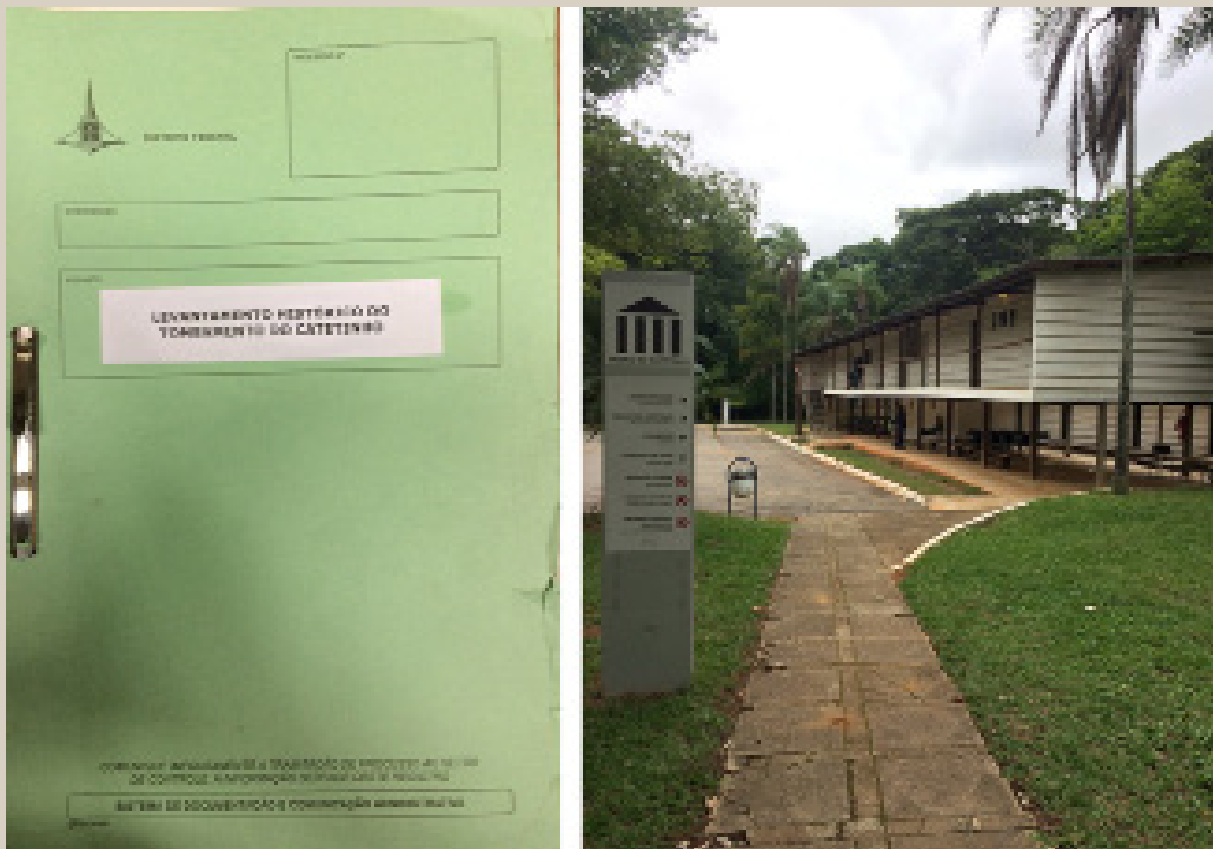
² O GT-Brasília (Grupo de Trabalho para Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Brasília) constituiu a primeira ação governamental específica para tratar a preservação do patrimônio cultural de Brasília de maneira institucionalizada e tecnicamente sistematizada (IPHAN, 2016).

nos auxiliou principalmente no entendimento dos procedimentos administrativos da Secult. Em contrapartida, os documentos que se mostraram essenciais para este artigo são os que contemplam os discursos que foram construídos e moldaram uma narrativa acerca da patrimonialização dos bens tombados. Correspondem a material de pesquisa elaborado ou organizado pelos técnicos da Secult e anexados aos processos de tombamento.

Analisamos a seguir o discurso presente no processo de tombamento das três edificações, com o intuito de demonstrar e problematizar a narrativa histórica expressa em cada um deles.

O Catetinho: a imagem do impulso para a realização de Brasília

Imagem 1 – Processo de tombamento do Catetinho (esq.) e Catetinho (dir.), 2018.



Fonte: Elaborado pela autora

O Catetinho, ao contrário das duas outras edificações analisadas neste artigo, foi tombado primeiramente pelo Iphan (então DPHAN), em 1959, e depois incluído no Livro do Tombo do GDF, em 1991. Brasília foi inaugurada em 1960, mas já em 1959 houve a valorização do Catetinho como um símbolo de sua construção. O próprio JK foi uma figura ativa neste processo, já que entrevistou pesso-

almente para que o tombamento fosse efetuado. Também Oscar Niemeyer e Rodrigo Melo Franco de Andrade, então diretor do Iphan, foram personagens fundamentais nesse processo.

A cópia de um bilhete em que Juscelino solicita a preservação do Catetinho abre a documentação do processo de tombamento, apontando a informalidade que inaugurou a missão. Os trâmites são iniciados a partir desse momento, quando Rodrigo Melo Franco de Andrade pede a cooperação de Israel Pinheiro, diretor da Novacap, a fim de garantir a proteção e zelo à edificação «de acordo com determinação presidencial» (GOVERNO FEDERAL, 1959). A finalidade seria a de promover, pelo Iphan,

a integridade e a conservação permanente da edificação existente em Brasília sob a designação de RPI ou “Catetinho”, medida essa justificada por ter sido não só a primeira construção erigida na área da nova Capital, mas também a primeira sede da administração pública no local. (GOVERNO FEDERAL, 1959)

Rodrigo solicita ainda que não seja tomada iniciativa alguma suscetível a alterar suas características originais nem modificar-lhe o aspecto primitivo. Demanda, por fim, cópia do projeto de edificação, de autoria de Oscar Niemeyer, bem como documentação fotográfica. Posteriormente, há o registro, em novo documento, em que Rodrigo entra em contato com Oscar Niemeyer e relata o pedido do presidente ao arquiteto. Confessa que

desde a iniciativa daquela edificação ao momento atual, o tempo decorrido ainda é curto para considerá-la na perspectiva histórica. Temos, pois, de cumprir a determinação presidencial, independentemente da consumação do tombamento. E o que importa, aliás, é preservar a casa e velar por sua conservação cuidadosa e permanente. (GOVERNO FEDERAL, 1959)

Rodrigo estaria, deste modo, assegurando que independente da decisão sobre o tombamento, a intenção seria a preservação do Catetinho com a finalidade de atender a demanda do então presidente. Solicita a colaboração de Niemeyer, pedindo o projeto da casa. Relata que teria *certo temor*, nas palavras dele, de que o projeto tivesse se perdido, mas esperava que o arquiteto conseguisse recuperá-lo. Por fim, termina dizendo: “quero consultar você se não lhe parecerá conveniente ligar a preservação da RPI à iniciativa da construção e instalação do museu de Brasília, desejado também pelo presidente” (GOVERNO FEDERAL, 1959). Aqui estratégias são formuladas na busca por justificativas que legitimassem a proteção do bem, e a ideia do tombamento do Catetinho estaria estreitamente ligada ao desejo do então presidente e da necessidade política de se levar a cabo esse ato. O intuito parece ser o de instituir mais um símbolo do sucesso da construção de Brasília ao se preservar sua primeira construção, valorizando-a enquanto início da *Grande Obra*.

Depoimentos, discursos e poemas são anexados ao processo de tombamento também com o intuito de criar uma narrativa de valorização do Catetinho como *O início de Brasília*. Por exemplo a transcrição do discurso de Flávio D'Aquino (responsável pela direção do DUA) enviado a Rodrigo Melo Franco de Andrade ajuda na consolidação dessa narrativa. O relato é iniciado narrando o começo dos trabalhos, que se faziam em ritmo acelerado. Porém, logo no início, o presidente JK teria verificado não haver naquela região nenhuma habitação “mesmo modesta, que lhe prestasse para abrigo e lhe permitisse pernoite como era o seu desejo, a fim de poder acompanhar pessoalmente o início dos trabalhos” (GOVERNO FEDERAL, 1959). A hospedagem de JK e sua comitiva na Casa da Fazenda Gama é negligenciada nesse processo, enquanto no da referida Casa há grande valorização da estadia de JK no recinto, que inclusive o teria inspirado grandemente, conforme será apresentado posteriormente.

Voltando ao processo em análise, conta-se que foi a partir da falta de hospedagem que “um grupo de amigos do presidente, conhecendo-lhe o desejo, resolveu construir no menor espaço de tempo possível (...) uma casa de madeira que atendesse àquelas condições” (GOVERNO FEDERAL, 1959). O relato continua, registrando que o arquiteto Oscar Niemeyer, um dos membros desse grupo, fez a planta da casa, que foi construída em 10 dias e que os habitantes de Brasília deram *curiosamente* o nome de *Catetinho*. Há, nesses trechos, uma intenção de tornar o Catetinho uma obra familiar, valorizando não apenas a atuação do *grupo de amigos* do presidente em proporcionar-lhe uma habitação provisória simples e confortável, mas também reforçando o caráter de convivência amigável entre JK e as pessoas que o cercavam na época da construção.

D'Aquino continua o relato, resgatando fatos que aconteceram nesses 10 dias de construção. Aponta a dificuldade de se encontrar recursos na região, afirmando que, apesar de apresentar perigos, era necessário continuar *a obra começada*, em uma referência ao sacrifício necessário que Brasília exigia. O relato continua, enfatizando a importância do Catetinho, já que teria sido nessa residência que o presidente e dirigentes puderam, “talvez com mais comodidade, traçar planos e tomar providências para o posterior desenvolvimento da Nova Capital – a cidade moderna que se estende, como asas abertas do plano de Lucio Costa, pela vastidão do Planalto Central” (GOVERNO FEDERAL, 1959). A referência à monumentalidade de Brasília como ponto de chegada que justificaria todos os esforços é evidente.

O último depoimento é do engenheiro José Ferreira de Castro Chaves, o *Juca Chaves*, sobre a construção do Catetinho. Ele também agrega à construção do bem um feito de um *grupo de amigos* do presidente, valorizando esta iniciativa como ponto inicial que tornou possível a construção da *grandiosa obra*. O engenheiro cita os trabalhadores anônimos – os candangos, como elementos importantes na consolidação da nova Capital, mas o destaque principal é sempre a

figura *otimista e disposta* de JK. O engenheiro narra sobre a equipe que participou e a logística necessária para a conclusão da obra, destacando que o “trabalho intenso era amenizado nas horas de lazer pelo violão de Dilermando Reis, as serestas de Cesar Prates, que encantavam os candangos” (GOVERNO FEDERAL, 1959). Este trecho remonta a uma convivência harmoniosa entre as pessoas envolvidas na construção, com o intuito de estabelecer uma imagem positiva dos canteiros de obra e dos trabalhadores. Continua o relato, citando um trecho do próprio livro de JK, *Porque construí Brasília*, sem informação de data, exaltando que

o Catetinho constituiu, pois, um *símbolo*. Foi ele a *flama inspiradora* que me ajudou a levar a frente, arrostando o pessimismo, a descrença e a oposição de milhões de pessoas, a ideia de transferência da sede do governo. Vi que, se um *grupo de amigos* fora capaz de erigir, sem qualquer auxílio oficial e levado apenas pelo *idealismo*, aquele palácio de tábuas em dez dias, o que eu não poderia fazer então, sendo o presidente da república e dispondo, já que o Congresso aprovara minha iniciativa, de todos os recursos governamentais? (GOVERNO FEDERAL, 1959, grifos nossos).

O engenheiro relata ainda como o Catetinho foi um exemplo de trabalho em equipe que frutificou, pois “a *partir daquele momento* a construção da cidade processou-se em ritmo vertiginoso, o chamado ‘Ritmo Brasília’. O trabalho em equipe e a solidariedade sempre foi a sua característica” (GOVERNO FEDERAL, 1959, grifos nossos). Aqui há o intuito de demonstrar como a construção do Catetinho inspirou também os candangos em sua tarefa de construir Brasília, grupo de trabalhadores que ganharam a alcunha de *heróis anônimos*.

Além dos depoimentos, há no processo de tombamento um poema intitulado *Catetinho*, de autoria de Wilson Moreira da Costa. Transcrevemos a seguir alguns trechos que vangloriam principalmente a figura de JK e o sacrifício dos *candangos* que se empenharam na empreitada. JK, no poema, também é retratado como *candango*. A união do Brasil em prol da construção de Brasília como um objetivo único da nação também está presente.

Catetinho, tu foste o pioneiro da urbe do sol (...) Pelos teus caminhos sentimos. Os passos do descobridor. Legado da pátria. A imagem do trabalho (...) Bendito o teu criador, Brasília; Ele transformou a solidão agreste. Na metrópole fecunda (...) E com amor o “presidente candango” construiu. Onde havia a indolência pôs a energia. Onde havia a descrença despertou a fé. E a selva se entregou (...) Pó escarlate de Brasília. Tens a cor do sangue daqueles. Que morreram por ti. Homens de Brasília. Heróis de todas as labutas. Vencedores de todas as adversidades. Escutem. Há um homem que muito sofreu. Para que um dia. Tu, cidade menina (...) Foste o coração da Pátria (...) Glória ao teu pai, Brasília. Que perscrutou o futuro. Plantando a fé. No homem deste país. No caboclo rude do sertão. No gaúcho soberbo dos pampas. No paulista revolucionário (...) No mineiro das montanhas altivas. No bravo nordestino fustigado pelas secas. Glória ao teu pai, Brasília. Que já se sentiu só incompreendido. Que dialogou também com a solidão. E não se

deixou abater pela indiferença, pela rotina. Pela ignorância. E do nada te plasmou. Urbe do sol (...) De todas as cores. Um só ideal. (GOVERNO FEDERAL, 1959)

A documentação traz o discurso de Rodrigo Melo Franco de Andrade. Rodrigo lembra que a instalação do Catetinho teve como objetivo “acelerar a obra imensa de transferir do litoral, onde permanecia 4 séculos e meio, para o centro do território nacional, a Capital do Brasil, erigindo-a como um testemunho ciclópico de confiança no futuro da pátria” (GOVERNO FEDERAL, 1959). Relata que o objetivo do tombamento seria o de conservar, para as próximas gerações, “uma construção que, pela própria fragilidade, não possui as condições necessárias para subsistir”. As gerações futuras, nesse sentido, conheceriam “a origem rústica e quase humilde da majestade da Nova Capital” (GOVERNO FEDERAL, 1959). A imagem desenvolvimentista do governo JK aparece nessa citação, pois demonstra que a partir de origens rústicas foi possível construir o Brasil moderno e do futuro, simbolizado por Brasília.

Rodrigo reforça esta imagem colocando que o objetivo mais amplo do tombamento seria o de proteger “um dos marcos expressivos da civilização nacional, a memória luminosa da identidade do Brasil do futuro com o do passado, estabelecendo a ligação entre as aspirações gloriosas alcançadas e as realizações toscas e modestas de que se originaram” (GOVERNO FEDERAL,

1959). Diz que este foi o entendimento do Iphan diante da solicitação do presidente para tombar o Catetinho e cita as contribuições de Lucio Costa e Oscar Niemeyer. Este trecho parece se apoiar na ideia da necessidade de se construir uma imagem do Brasil do passado, tosco e modesto, porém importante para poder glorificar o Brasil do futuro, moderno. O Catetinho teria sido o marco dessa empreitada e a glorificação da monumentalidade de Brasília aparece na construção dessa narrativa patrimonial.

O tombamento do Catetinho, cronologicamente precursor a Brasília, insere-se em um discurso de valoração da *grande obra monumental* em que a imagem do *Sonho Brasília*, ainda em processo de consolidação, se coloca em evidência.

O tombamento do Catetinho, cronologicamente precursor a Brasília, insere-se em um discurso de valoração da *grande obra monumental* em que a imagem

do *Sonho Brasília*, ainda em processo de consolidação, se coloca em evidência. O destaque é dado a personagens como Niemeyer, Israel Pinheiro e Rodrigo Melo Franco de Andrade, além, claro, do próprio JK como ponto chave, preservando-se não só o Catetinho, mas uma narrativa histórica pautada na memória contada pelos fundadores da cidade. A partir da análise do discurso presente na documentação e o modo como é narrada a proposta de preservação do Cate-

tinho, identificamos que há a intenção de retratar a existência de uma construção homogênea de vozes que atestam a importância do bem, mesmo quando se questiona seu curto período de existência para ser tombado.

A Pedra Fundamental de Planaltina: o discurso do antemanhã de Brasília

Imagem 2 – *Processo de tombamento da Pedra Fundamental de Planaltina (esq.) e Pedra Fundamental de Planaltina (dir.), 2018.*



Fonte: Elaborado pela autora

O processo de tombamento da Pedra Fundamental é focado em dois momentos: seu lançamento, no Centenário da Independência do Brasil, em 1922, e seu tombamento, em 1982. O tombamento resgata o lançamento, este que se refere, em 1922, ao futuro Distrito Federal. A simbologia presente nesses momentos históricos é enfatizada na documentação.

Sobre o lançamento da Pedra Fundamental, o destaque na documentação vai para os personagens que participaram do ato, assim como os marcos que assinalaram a trajetória da Pedra: sua confecção, transporte e lançamento, como símbolo de esperança da concretização do Novo Distrito Federal. O personagem de maior prestígio é o engenheiro Balduino Ernesto de

Almeida, que é retratado como o principal responsável pela missão. Balduino é colocado ao lado de personagens anteriores relacionados ao *movimento mudancista* e iniciativas a favor da mudança da Capital, que são lembradas, com o intuito de construir uma narrativa linear acerca de uma pré-existência de Brasília. Por exemplo, o documento recupera nomes e fatos, como o papel de Varnhagen na ideia mudancista, assim como de Lauro Müller, que estabelece, enquanto deputado, a área que fica pertencente à União. Depois é a vez de destacar o papel de Floriano Peixoto e a Missão Cruls, em 1892. Por fim, aponta o momento do lançamento da Pedra Fundamental, no Centenário da Independência do Brasil, com destaque para a figura de Balduino.

Um livreto formato A5 com o título *Lançamento da 1ª Pedra da Nova Capital no Planalto Central*, de data incerta, anexado à documentação, também nos trouxe informações valiosas. A história é narrada de modo a, novamente, glorificar a figura do engenheiro Balduino. Relata que por pouco a Pedra não é lançada, pois devido ao curto tempo, a missão seria quase impossível. Teria sido graças aos esforços do engenheiro que a ação teve êxito. Balduino teria ficado encarregado da missão faltando apenas 10 dias para o 7 de setembro, e teria encontrado inspiração na poesia: *falta-me tempo para pensar, para agir ainda menor era o tempo*.

A viagem realizada pela comitiva até Planaltina é narrada como um ato heroico em que Balduino preparou os últimos acertos, tomando providências referentes a transporte e alimentação. As dificuldades de transporte são exaltadas como parte da aventura: o trajeto de trem, saindo de Araguari, e depois de automóveis, partindo de Ipameri. As dificuldades de acesso são trazidas como um *sacrifício* a ser feito. Os carros *ford* bigode “assustavam os moradores de Mestre d’Armas”, pois era “o carro que corre sem boi” (DISTRITO FEDERAL, 1982). Neste trecho demonstra-se como o progresso estaria chegando àquela comunidade interiorana juntamente com a Pedra Fundamental e a esperança de concretização da Nova Capital. A pretensão de trazer o progresso para o interior do Brasil mais tarde é retomada por JK como uma das justificativas para a consolidação da construção de Brasília.

A escolha do local para o lançamento da Pedra Fundamental também teria ficado a cargo de Balduino, que teria como dado geográfico o quadrilátero Cruls. A narração desta empreitada sugere novamente um ato heroico, ainda que improvisado. Diante da missão, o engenheiro teria se perguntado: *onde edificar o marco numa vasta região de mais de 14 mil km²*? Ele teria visitado locais, como o sítio Acampamento, onde acampou a Missão Cruls e as terras banhadas pelo rio Paranoá, onde hoje é o Lago Paranoá. Foi Balduino que batizou o local escolhido de *Serra da Independência*, e nela teriam dois morros, “ao primeiro chama-o de Morro de 7 de setembro e, ao segundo, Morro do Centenário”. Balduino então teria tomado uma decisão, “no Morro do

Centenário decidi, bem ou mal, na manhã de 5 de setembro, colocar a Pedra básica da futura Capital da República” (DISTRITO FEDERAL, 1982).

A Pedra é retratada como a *antemanhã de Brasília*, simbolizando “a concretização próxima da mudança da Capital Brasileira, implantando consigo a esperança da conquista da própria terra para uma libertação social e econômica, e garantindo maior segurança ao país” (DISTRITO FEDERAL, 1982). Esta imagem foi retomada nos anos 1950 para justificar a construção de Brasília, resgatando este e outros momentos históricos para a construção de uma narrativa simbólica da Nova Capital. É basilar compreender que para explicar Brasília, de acordo com Thiago Perpétuo (2015, p. 36), “operou-se a construção de uma narrativa a partir da seleção e apropriação de acontecimentos dispersos, difusos e diversos, para depois cerzi-los numa versão do passado orientada para fins específicos”. Esse procedimento estaria relacionado com a invenção de uma tradição, na qual a imagem da Pedra Fundamental é tratada como um marco histórico. Este marco foi posteriormente apropriado por JK e seus aliados para a construção de uma narrativa associada à *pré-existência* de Brasília. A existência da cidade, tendo como base as ideias dos mudancistas, é retratada como sendo um inevitável *destino do Brasil* levado a cabo pelo presidente JK.

A solenidade de tombamento, de 1982, buscou valorizar sobretudo o ato de lançamento da Pedra Fundamental que se deu em 1922. O ato contou, além de membros do governo e do exército, com remanescentes signatários da ata de lançamento. Adicionalmente, um texto de junho de 1972 do *Correio Braziliense* é colocado na documentação para compor o ato de tombamento, lembrando que o lançamento da Pedra “dá uma visão da euforia que se viveu neste dia em Mestre D’armas: a festa da pedra. Quando ainda pertencia ao Estado de Goiás, há precisamente cinquenta anos, Planaltina conheceu o maior acontecimento de sua história que teve repercussão em todo o país” (DISTRITO FEDERAL, 1982). Este resgate histórico pretende vangloriar a importância do lançamento da pedra, o que justificaria a preservação de sua memória.

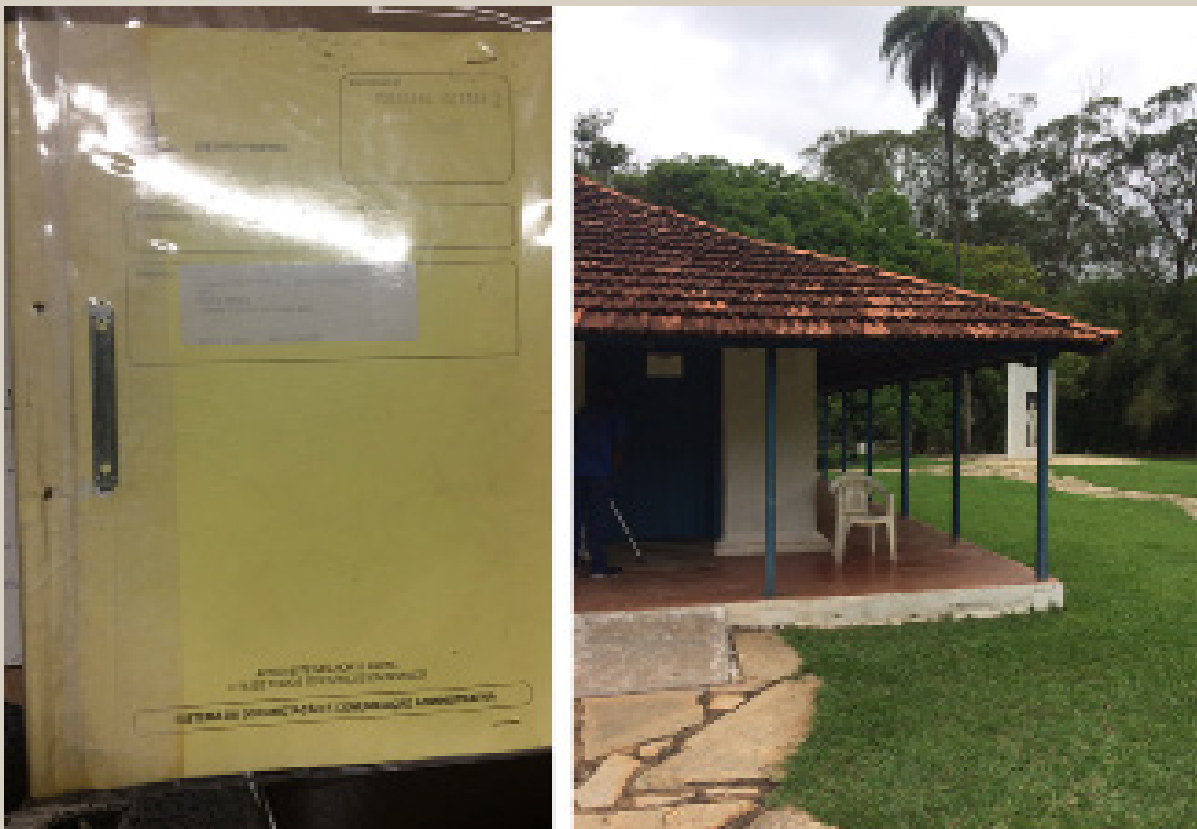
A Pedra Fundamental faz parte da construção de uma narrativa histórica de Brasília que serviu para antever sua construção, já que precede Brasília em

A Pedra Fundamental faz parte da construção de uma narrativa histórica de Brasília que serviu para antever sua construção, já que precede Brasília em mais de 30 anos. Sua imagem e a de seus personagens é retratada como uma espécie de *profecia* de que Brasília seria o caminho para o desenvolvimento do Brasil.

mais de 30 anos. Sua imagem e a de seus personagens é retratada como uma espécie de *profecia* de que Brasília seria o caminho para o desenvolvimento do Brasil. O tombamento, nesse sentido, seria a afirmação desse propósito. Vale salientar que o GT-Brasília, atuante no período de tombamento da Pedra, buscou estudar maneiras de se preservar Brasília, levando em consideração seus antecedentes e práticas culturais que foram desenvolvidas na época da construção, recomendando a preservação de núcleos anteriores a Brasília e antigos acampamentos de obras. O tombamento da Pedra Fundamental, nesse sentido, é também um reflexo dessas discussões.

A Casa da Fazenda Gama: o discurso do encantamento

Imagem 3 – Processo de tombamento da Casa da Fazenda Gama (esq.) e Casa da Fazenda Gama (dir.), 2017.



Fonte: Elaborado pela autora

A Casa da Fazenda Gama foi tombada em 2006, mas a iniciativa do seu tombamento, de acordo com a documentação, inicia-se em 1990 a partir de uma conversa entre Rodolfo de Mello Prado, presidente do *Brasília Country Club*, e Silvio Cavalcanti, diretor da Secult (então DePha). Essa conversa foi oficializada em um documento enviado pelo presidente do *Brasília Country*

Club ao diretor do DePha e é o primeiro do processo de tombamento. A edificação fica nas dependências do *Brasília Country Club*.

Os interesses pela preservação da Casa que antecederam o tombamento são retomados ao longo da documentação, demonstrando a importância simbólica da *Casa Velha*, como por vezes é denominada. A primeira iniciativa teria sido do GT-Brasília, em 1987, com o intuito de preservar antigas fazendas, mas não houve propriamente a menção do tombamento como forma de preservação. O documento traz informações sobre a atuação do GT-Brasília especificamente quanto à preservação de núcleos anteriores a Brasília, quando o Grupo produziu o *Anteprojeto de Legislação de Proteção do Patrimônio Histórico, Cultural, Natural e Urbano de Brasília*. Esse documento aponta as manifestações vernáculas, compreendidas pelos núcleos históricos de Brazlândia e Planaltina e antigas sedes de fazendas que guardam as características do “fazer tradicional da região Centro Oeste” (DISTRITO FEDERAL, 2006). A iniciativa do GT expressa na documentação tem o intuito de prover maior legitimidade à iniciativa e, consequentemente, ao próprio bem e seu tombamento.

Em 1999 a questão do tombamento da Casa entraria novamente em cena a partir de uma solicitação do *Brasília Country Club* (oficialização de conversa entre Rodolfo de Mello Prado, presidente do *Brasília Country Club*, e Silvio Cavalcanti, diretor do DePha, que corresponde ao primeiro documento do processo de tombamento). Desta vez, a intenção era que a edificação fosse tombada reconhecendo-se seu valor histórico e arquitetônico. Manifesta ainda a necessidade de elaboração de um projeto que contemple a reconstrução ambiental da fazenda, “considerando os equipamentos ainda existentes na área como monjolo, pilão, carro de boi, etc.” (DISTRITO FEDERAL, 2006). O tombamento, porém, não teria sido levado adiante por motivos institucionais.

Em 2001, de acordo com a documentação, o DePha retoma novamente a intenção de tombar a Casa sede da Fazenda Gama e inclui essa medida em seu *Plano de Ação* durante dois anos consecutivos. Contudo, assim como teria acontecido em 1999, mudanças administrativas impedem a continuidade do processo. Em 2002 o DePha recebe, “por parte da comunidade, nova solicitação de tombamento, cujo pedido destaca as condições de completo abandono onde se encontra a casa.” (DISTRITO FEDERAL, 2006). O DePha retomaria a iniciativa de tombamento da Casa da Fazenda Gama em consideração ao interesse da comunidade.

A relação entre a Casa e a história de Brasília é elencada nas justificativas apresentadas na documentação, “pois foi ali onde primeiro se reuniram os construtores da Nova Capital do país, e ali se traçaram planos (como o projeto da Cidade Livre) e se tomaram decisões da maior im-

portância” (DISTRITO FEDERAL, 2006). O interesse histórico da Casa é lembrado ao se afirmar que o local abrigou o primeiro serviço de rádio da *Pan Air do Brasil*, e era por meio desse rádio amador que se estabeleciam as comunicações entre a futura Brasília e o Palácio do Catete, no Rio de Janeiro.

Na proposta documentada pelo *Brasília Country Club*, de 1999, é sugerido que o projeto de recuperação deveria incluir a área das imediações da casa, “de maneira a contemplar a reconstituição ambiental de uma sede de fazenda típica da região naquela época, com equipamentos característicos de uma fazenda do interior” (DISTRITO FEDERAL, 2006). A relação entre modernidade e tradição é latente para justificar a importância dessa edificação e sua representação. A reconstrução dessa tradição, entretanto, tende a reforçar a importância da modernidade de Brasília, pois a justificativa principal de tombamento é a valorização do momento referente à chegada de JK para dar início à construção da nova Capital, valorizando esse momento histórico e sua imagem.

A tradição goiana como memória a ser preservada é recuperada algumas vezes na documentação. Um exemplo é quando se valoriza a arquitetura vernácula anterior a Brasília, colocando a Casa da Fazenda nesse contexto. A modernidade, neste tópico, é colocada como um entrave ao mantimento desses núcleos, já que “as edificações mais recentes interrompem, constantemente, os conjuntos antigos com características bastante diversas, como a incidência de materiais novos frequentemente industrializados» (DISTRITO FEDERAL, 2006). Aqui, ensaia-se um discurso de *ameaça* dessa arquitetura tradicional, o que visa legitimar a preservação da Casa.

Um documento anexado ao processo intitulado *Fazenda Gama*, de data incerta, foi essencial para o entendimento das articulações que envolveram a trajetória patrimonial deste bem. Ele coloca que

quando chegaram os *pioneiros* com a finalidade de construir a primeira residência oficial, a sede da Fazenda do Gama encontrava-se em situação bem precária, mas era o único abrigo existente, e achava-se localizado ao lado do canteiro de obras do Catetinho e da pista de aviação, ora em fase de construção. (DISTRITO FEDERAL, 2006, grifos nossos)

Destacamos que a palavra *pioneiro*, muito associada à construção de Brasília, é colocada neste documento representando a Casa como parte do discurso oficial da chegada dos *desbravadores* a Brasília. A simbologia da palavra *pioneiro* ligada a Brasília alcança desde os trabalhadores até aqueles que vieram para a cidade em construção, inclusive figuras emblemáticas como JK e Oscar Niemeyer. Os antigos acampamentos de obras, por vezes, são também designados

como *pioneiros* e, conseqüentemente, retratados como guardiões da memória da construção de Brasília.

A proposta de recuperação da Casa e o orçamento, pelo *Brasília Country Club*, são anexados ao processo em formato de um livreto encadernado. O discurso adotado pelo Clube ao retratar a Casa é voltado principalmente para a importância da imagem de JK associado à construção de Brasília, mesmo quando retoma a questão da tradição goiana para justificar sua preservação. Alguns textos foram extraídos de publicações do jornalista Adirson Vasconcelos, que é retratado no livreto como um *pioneiro escritor*, em mais uma alusão à epopeia da construção de Brasília. Nesses textos a ênfase à fase da construção da cidade vai para o ex presidente Juscelino Kubitschek.

O texto retrata Brasília como marco mundial da modernidade arquitetônica e acrescenta que “sua história tem raízes em localidades as mais distintas, desde os palácios e gabinetes políticos onde se discutia e se decidia pela Nova Capital, até casas rústicas carregadas dos traços culturais e históricos do povo de Goiás. A casa velha é uma delas” (DISTRITO FEDERAL, 2006). Ainda de acordo com esse texto, o espaço pretendido para a Casa, depois de reformada, seria de um local aberto para abrigar atividades diversas como palestras, exposições de artes plásticas, noites de poesia e música. Enfim, “um lugar do passado, renascendo no presente para abrigar as gerações culturais que se firmam e se perpetuam em Brasília.” (DISTRITO FEDERAL, 2006). A relação complementar entre modernidade e tradição reaparece, sendo a Casa um elo entre ambas.

Além das justificativas expostas, um novo fator histórico é apresentado nesse livreto. Com um subitem intitulado *Festa e Magia*, adiciona-se um discurso místico à imagem da Casa. O fato da Fazenda Gama ter sido o cenário escolhido por JK para ali tratar com sua equipe da transferência da Capital não teria se dado por acaso, pois “por todo o Goiás, a Fazenda Gama sempre foi uma referência marcante. E isso desde muitos anos atrás” (DISTRITO FEDERAL, 2006). O texto traz que *Gama* era o nome do padre que naquelas terras realizou festas de cunho religioso e também cultural. A ênfase do relato é para a *Festa do Divino* e seu *espírito acolhedor*, que atraía grande número de visitantes. Esse espírito, que segundo o texto teria se consagrado até nossos dias, é colocado como sendo o ambiente que JK teria encontrado na fazenda. “Uma casinha simples, mas encantadora. Magicamente encantadora.” (DISTRITO FEDERAL, 2006). Anteriormente na documentação, entretanto, foi ressaltado que os motivos pelos quais a comitiva de JK escolheu o local para se hospedar foram *práticos*, já que a Casa, além de se encontrar próxima ao Catetinho, na época em construção, estava relativamente bem conservada. No tópico *Festa e Magia*, em contrapartida, adicionam-se valores *simbólicos* a esta escolha, representando

um Juscelino encantado pela aura do local. Esses discursos, que trazem uma versão diferente do passado, visam formar uma narrativa no processo de construção da trajetória patrimonial da Casa da Fazenda Gama que, de um modo ou de outro, valoriza a escolha de JK pelo local.

O ex presidente é o principal personagem no discurso que traça a trajetória patrimonial da Casa. Retratando-o como um *homem do povo* conta-se a história do *Café da Zenaide*, chamado assim em função da esposa do zelador da fazenda. A fotografia de JK tomando café faz parte tanto do acervo do atual Museu da Casa da Fazenda Gama quanto da ambientação de seus arredores. O documento narra que Juscelino, na ocasião, ao ser servido de um café, perguntou se a senhora o conhecia. Ela teria respondido “sei... É o presidente Juscelino”. E então “Juscelino ficou muito feliz” (DISTRITO FEDERAL, 2006). A narrativa de *homem do povo* continua: “enquanto JK tomava café, os fotógrafos começaram a fotografar. Alguém começou a espantar uns suínos e umas galinhas que estavam nas proximidades. Mas o presidente interrompeu o movimento e disse: deixem os porquinhos saírem também na foto” (DISTRITO FEDERAL, 2006). Essa foto é um dos mais importantes registros no acervo do Museu da Casa, colocada em destaque e maior do que todas as outras.

Outro tópico que se mostra presente na documentação é a imagem de Brasília como um sonho a ser construído, representado tanto pela figura de Juscelino quanto pelo misticismo presente na Casa, que novamente é colocado em evidência. Quando o presidente foi embora, o documento relata que

ficava registrado para a história e para a posteridade o seu pensamento. E tudo estava consubstanciado na página que escrevera sentado ao tronco da árvore caída à beira d'água, próxima à sede da Fazenda Gama: “parecendo um sonho, a construção de Brasília é uma obra realista. Com ela realizamos um programa antigo: o dos constituintes de 1891. É um ideal histórico: o dos bandeirantes dos séculos XVII e XVIII. Brasília significa uma revolução política e uma revolução econômica. Estamos erguendo-a com aquele espírito de pioneiros antigos, dos homens que desbravaram os sertões modernos em nossas almas, ansiosas por fundar uma civilização no coração do Brasil. Agradeço a Deus o privilégio que me concedeu de encarar, como Presidente da República, o espírito pioneiro e o sentimento nacional, que me deram inspiração e força para erguer Brasília no coração do Brasil, com o sentido de transformação do meu país. *Deste Planalto Central, desta solidão que em breve se transformará em cérebro das altas decisões nacionais, lanço os olhos mais uma vez sobre o amanhã do meu país e antevejo esta alvorada com uma fé inquebrantável e uma confiança sem limites no seu grande destino*” (DISTRITO FEDERAL, 2006, grifos nossos).

Esta memória é retomada de uma forma heroica, romântica e emotiva, enfatizando a importância da Casa como um local de inspiração para o presidente, que lá teria escrito essas cé-

lebres palavras³ durante sua estada. Juscelino aparece novamente como *homem do povo*, mas também desbravador, sonhador e ambicioso em seus ideais, todas essas características, mais tarde, associadas também aos *candangos*.

A Casa da Fazenda Gama atualmente é um museu que abriga objetos tradicionais de Goiás e registros da estada de Juscelino. Este elo entre o *Velho Goiás* e a modernidade de Brasília também está presente no processo de tombamento, ressaltando a Casa como o local onde Brasília teve início. A escolha de JK para lá se hospedar é o principal elemento, na documentação, que justifica a importância da Casa.

Considerações finais

As narrativas patrimoniais expressas na documentação reunida pela Secult mobilizaram uma série de discursos para o reconhecimento como patrimônio das três edificações aqui analisadas. Os principais discursos expressos na documentação fazem referência ao início de Brasília ligado às edificações, cada uma lançando mão de abordagens distintas. As principais representações envolvem principalmente a suposta *pré-existência* de Brasília e a contribuição da edificação para a concretização da *grande obra*. São exaltadas figuras emblemáticas ligadas a Brasília, como os mudancistas e o presidente JK.

Os discursos que construíram o patrimônio são por vezes complementares e por outras conflitantes, e algumas questões são recuperadas, afirmadas ou ressaltadas dependendo da versão do passado que se deseja exaltar. O que percebemos é que a valorização desse patrimônio *não monumental* faz parte de uma idealização simbólica, que acaba por reafirmar a monumentalidade do Plano Piloto de Brasília, sem deixar de afirmar interesses locais específicos. Por exemplo, a imagem de simplicidade do Catetinho parece ser associada à própria imagem que Juscelino desejou passar enquanto *homem do povo*, imagem retomada novamente na documentação da Casa da Fazenda Gama (quando JK

O que percebemos é que a valorização desse patrimônio *não monumental* faz parte de uma idealização simbólica, que acaba por reafirmar a monumentalidade do Plano Piloto de Brasília

³ A última frase da citação, em itálico, está gravada em monumento da Praça dos Três Poderes.

tomou o café de dona Zenaide, fazendo questão de que na fotografia estivessem presentes os animas). O processo de tombamento da Pedra Fundamental não referencia a figura do ex presidente, muito provavelmente pelo fato de o tombamento ter ocorrido no período militar. Ainda assim a narrativa construída consagra Brasília como predestinada a acontecer, o que coincide com o discurso de Juscelino.

A imagem da cidade que se pretende consolidar a partir desses atos de tombamento é também uma questão que merece reflexão. No caso do Catetinho, de acordo com Adrián Gorelik (2005, p. 156), a edificação atualmente é um museu de si mesmo, ou seja, “uma arquitetura capaz de expressar a essência política e cultural da epopeia de Brasília”. É nesse sentido que o Catetinho é uma representação não apenas da monumentalidade de Brasília, mas dos acontecimentos e vontades políticas, culturais e institucionais que a produziram. De modo análogo, a Pedra Fundamental e a Casa da Fazenda Gama, mesmo que envoltas em contextos diferentes de *construção* – sendo que a primeira representa o projeto de um futuro e a segunda nem sequer faz referência a Brasília –, ambas, juntamente com o Catetinho, possuem o seu *tombamento* envolto na consolidação de uma imagem premonitória de Brasília.

Os três processos de tombamento mostram como as origens de Brasília teriam sido humildes, mas a cidade construída, ao contrário, deveria ser *majestosa*, pois alcançava uma intenção maior: a de colocar o país no rumo do progresso e do desenvolvimento. A Secult, órgão guardião dos processos, insere-se em contextos temporais distintos em cada tombamento, conforme demonstramos no artigo. Entre 1959 e 2006 as articulações federal e distrital sofreram mudanças, assim como a própria visão acerca do que é um bem patrimonial e o que deve ser preservado. O Catetinho retrata a euforia da construção de Brasília, fazendo parte de uma valorização da própria obra monumental por excelência. Os outros bens, em contrapartida, contaminados por outras visões acerca do que é Brasília, sua cultura e sua formação enquanto cidade complexa, apoiam-se na valorização dos antecedentes dessa história, mesmo que acabem por enaltecer também uma certa narrativa oficial do que foi a consolidação de Brasília.

Referências

COUTO, Beatriz Coroa do. *O processo de elaboração do plano de preservação do conjunto urbanístico de Brasília: uma representação conceitual da política de preservação urbana no DF*. 2015. 183 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal no Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

DISTRITO FEDERAL. *Decreto de tombamento: nº 7.010/82*. Inscrição no Livro de Tombo: Inscrição no Livro de Tombo: GDF: Livro II – Edifícios e Monumentos Isolados – DePHA – GDF, folha 001, inscrição nº 003, em 18/11/91. Tombamento: 1982.

DISTRITO FEDERAL. *Decreto de tombamento: nº 26.660/2006*. Inscrição no Livro de Tombo: GDF; Livro III – Conjuntos Urbanos e Sítios Históricos – DePHA, GDF, folha 003, inscrição nº 004, em 30/03/06. Tombamento: 2006.

GORELIK, Adrián. *Das vanguardas de Brasília: cultura urbana e arquitetura na América Latina*. Tradução de Maria Antonieta Pereira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

GOVERNO FEDERAL. Inscrição no Livro de Tombo: Governo Federal: *Livro Histórico do SPHAN, folha 55, inscrição nº 329, em 21/7/59*. GDF: Livro II – Edifícios e Monumentos Isolados – DePHA – GDF – folha 003, inscrição nº 011, em 19/11/91. Tombamento: 1959.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Escrever a história, domesticar o passado. In: HERCULANO, Antonio; VELOSO, Monica Pimenta; PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). *História e linguagens: texto, imagem, oralidade*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006. p. 45-57.

INSTITUTO do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). Superintendência do Iphan no Distrito Federal. *GT Brasília: memórias da preservação do patrimônio cultural do Distrito Federal / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil)*. Superintendência do Iphan no Distrito Federal; organização Carlos Madson Reis, Sandra Bernardes Ribeiro e Thiago Pereira Perpétuo; texto Briane Panitz Bicca et al. – Brasília, 2016.

MOREIRA, Vânia Maria L. *Brasília: a construção da nacionalidade. Um meio para muitos fins*. Vitória: Edufes. 1998.

OLIVEIRA, Marcio. *Brasília: o mito na trajetória da nação*. Brasília: Paralelo 15, 2005.

PENNA, José Osvaldo de Meira. *Quando mudam as capitais*. Brasília: Senado Federal, 2002.

PERPÉTUO, Thiago Pereira. *Uma cidade construída em seu processo de patrimonialização: modos de narrar, ler e preservar*, Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2015.

POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI: do monumento aos valores*. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

REIS, Carlos Madson. Conjunto urbanístico de Brasília: da preservação e outros demônios. In: RIBEIRO, Sandra Bernardes; PERPÉTUO, Thiago; MEDEIROS, Ana Elisabete et al. (Org.). *Patrimônio em transformação: atualidades e permanências na preservação de bens culturais em Brasília*. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). Superintendência do IPHAN no Distrito Federal. Brasília, 2016.

VIDAL, Laurent. *De Nova Lisboa a Brasília: a invenção de uma capital (séculos XIX-XX)*. Tradução de Florence Marie Dravet. Brasília: UnB, 2009.

VIDESOTT, Luísa. *Narrativas da construção de Brasília: mídia, fotografias, projetos e história*. 2009. 339 f. Tese (Doutorado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Carlos, 2009.

Recebido em: 22 de fevereiro de 2019

Aprovado em: 30 de abril de 2019